



VIOÊNCIA

HC a favor de escravizada está parado no Supremo

Ao **Correio**, a advogada Cecília Asperti quer que medida seja julgada para que Sônia Maria de Jesus tenha a chance de viver com os irmãos. Mulher foi resgatada por auditores do trabalho em condição de sujeição à família de um desembargador de Santa Catarina

» VANILSON OLIVEIRA

Há mais de 600 dias a família de Sônia Maria de Jesus aguarda o julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), do habeas corpus que discute a permanência dela junto à família do desembargador Jorge Luiz de Borba, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC), em Florianópolis. Em junho de 2023, ela foi resgatada por auditores fiscais do trabalho da casa do magistrado, onde vivia em condições análogas à escravidão. Mas três meses depois, a Justiça revogou a decisão por considerar haver insuficiência de provas e autorizou o retorno de Sônia à residência dos Borba. Desde então, estabeleceu-se um impasse judicial.

Em entrevista ao Podcast do **Correio**, a advogada Cecília Asperti, que representa os seis irmãos de Sônia, explicou que o principal desafio, agora, é garantir o contato regular da mulher com os restantes da família, depois de décadas de separação. Ela é a mais velha de todos. O afastamento familiar deu-se ainda na infância, em São Paulo, quando a mãe de Sônia, em situação de vulnerabilidade, deixou-a sob cuidados temporários da sogra do desembargador, Maria Leonor Gayotto, já falecida.

“Sem autorização, dona Leonor levou Sônia para o Sul e a família biológica perdeu o contato com ela. E só teve notícias 40 anos depois, após o resgate”, explicou Cecília.

Sônia foi encontrada pelos auditores fiscais do trabalho com sérios problemas de saúde, que vão desde dentes infeccionados a um mioma no útero. À época com 50 anos, ela estava cega de um olho, surda, não oralizada e não alfabetizada em Libras ou em português.

Em janeiro, pela primeira vez Sônia teve a oportunidade de conhecer todos os parentes e isso só ocorreu porque os Borba passeavam no litoral sul de São Paulo. Após muita negociação e pedidos, a família do desembargador permitiu que ela visitasse seus parentes biológicos, que teve a oportunidade de conhecer parcialmente após ser libertada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

“Foi a primeira vez que ela pôde estar com toda a família”, lembra Cecília.

Reprodução de vídeo



Cecília explica ao repórter Vanilson Oliveira as dificuldades de fazer com que Sônia tenha mais contato com os irmãos e deixe a casa da família Borba

Desde então, os irmãos enfrentam dificuldades para reconstruir o vínculo, agravadas por limitações financeiras e restrições impostas pelos Borba. “É uma família que não tem grandes condições financeiras e que está em tratativas com uma família de altíssimo nível financeiro. Eles não deixam, por exemplo, que os irmãos a busquem em Florianópolis para trazê-la para São Paulo”, afirmou. As exigências da parte da família do desembargador tornam os encontros raros e exigem negociações complexas.

Negociações

Cecília lembrou que o primeiro reencontro, em 2023, só ocorreu após intervenção judicial e foi realizado na sede da Polícia Federal (PF). “Entramos com uma cautelar no plantão judiciário para obrigar a família a levá-la.

Foi um encontro extremamente tumultuado”, relata. Mesmo depois desse episódio, o acesso continuou restrito.

Um novo encontro só ocorreu em janeiro, quando Sônia pôde passar um fim de semana com os parentes em São Paulo. “Foi a primeira vez que ela pôde estar com toda a família”, afirmou a advogada.

Segundo Cecília, a reação de Sônia foi emocionante. Ela reconheceu as irmãs e teve expressões de emoção. Apesar disso, as dificuldades persistem.

“Foi mais de um ano e meio para conseguir que ela pudesse pernoitar com os irmãos”, disse. A advogada afirma que há um controle rigoroso sobre a rotina de Sônia, mesmo

sem respaldo jurídico formal.

“Eles (a família do desembargador) não têm esse poder de impor essas resistências, esse cerceamento da liberdade de Sônia. Eles não têm sequer o direito de exercer uma tutela jurídica sobre Sônia”, criticou.

As dificuldades aumentaram quando a família Borba entrou com uma ação de paternidade socioafetiva e passou a disputar a guarda de Sônia. “É impossível você falar em paternidade socioafetiva de uma pessoa que passou quatro décadas sem frequentar escola, sem ter documentação, sem ter acesso à saúde e que foi resgatada com problemas dentais,

com escaras embaixo dos seios, e que nunca frequentou sequer um serviço psicológico ou de letramento em libras”, afirma a advogada.

A defensora ressaltou que o processo de adoção pode ser uma estratégia jurídica para tentar afastar as acusações criminais e trabalhistas relativas ao trabalho escravo doméstico. “Eles estão levando ao extremo o argumento de que ela era como se fosse da família e reivindicando realmente essa posição de pai e mãe de Sônia”, disse.

O habeas corpus impetrado pela família de Sônia segue travado na Segunda Turma do STF, sob relatoria do ministro André Mendonça. “Isso é inadmissível. O habeas corpus é um remédio constitucional que trata da liberdade e deveria ser célere”, criticou.

Para Cecília, “existe uma ascendência pelo status profissional do desembargador, uma



É impossível você falar em paternidade socioafetiva de uma pessoa que passou quatro décadas sem frequentar escola, sem ter documentação, sem ter acesso à saúde e que foi resgatada com problemas dentais, ginecológicos, com escaras embaixo dos seios, e que nunca frequentou sequer um serviço psicológico ou de letramento em libras*

Cecília Asperti, advogada dos irmãos de Sônia Maria de Jesus, criticando a manobra jurídica da família do desembargador Jorge Luiz Borba

banalização histórica da escravidão doméstica e, também, um viés racial”. Diante disso, a expectativa da família é por uma reversão da decisão que permitiu o retorno de Sônia à casa dos Borba.

“O que a gente espera é que ela seja novamente retirada desse ambiente e possa ser acolhida pela sua família”, disse.

Segundo a advogada, embora não seja mais possível reparar totalmente os danos, é necessário garantir a Sônia um novo começo. “O melhor cenário hoje é que ela possa viver com sua família, ter acesso a apoio psicológico e construir relações que nunca pôde desenvolver”, lamenta.

No ano passado, a mulher do desembargador, Ana Cristina Gayotto de Borba, entrou na chamada “lista suja” do trabalho escravo, divulgada anualmente pelo Ministério Público do Trabalho.



Assista à entrevista na página do Correio Braziliense no YouTube

CB.AGRO

Plataforma virtual monitora condição do solo em todo o país

» CAETANO YAMAMOTO*

O solo é o grande trabalhador da agricultura brasileira, pois é ele quem cuida do desenvolvimento das plantas e dá a elas suporte para que se desenvolvam, por meio do armazenamento de água, disponibilização de nutrientes e sequestro do carbono desejado na atmosfera. A afirmação é de Iêda Mendes, agrônoma e pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Cerrados (DF) na entrevista concedida aos jornalistas Roberto Fonseca e Mila Ferreira, na edição de ontem do **CB.Agro** — uma parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

“Esse trabalhador precisa operar de forma saudável e não pode estar doente. Da mesma forma que nós, quando estamos doentes, não atuamos em nossa plenitude, o solo também precisa estar bem, pois

dele depende toda a performance da produtividade das nossas lavouras”, explicou Iêda.

Para facilitar esse acompanhamento é que foi criada a plataforma “Saúde do Solo BR: solos resilientes para sistemas agrícolas sustentáveis” — que reúne uma base de dados única no mundo, que reúne resultados de análises de atividade enzimática — exame utilizado para avaliar a saúde do solo em todas as regiões do Brasil.

Segundo Iêda, “nesta plataforma, o agricultor pode acessar informações de cada município brasileiro, que é a unidade de mapeamento. É possível saber o número de análises de saúde do solo realizadas em determinado município e, desse total, qual é o percentual de solos saudáveis, doentes, em processo de adoecimento ou em recuperação. Ela é fundamental para orientar agrônomos, técnicos,

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Iêda Mendes: terreno saudável representa maior produtividade

tomadores de decisão e políticos.” A pesquisadora frisa que o banco de dados da plataforma tem, hoje, informações de 1.612

municípios brasileiros e é por causa da reunião desses dados é que se sabe que cerca de 66% desses municípios possuem solos saudáveis

ou em recuperação. Iêda observa que “isso demonstra que os nossos agricultores locais estão realizando um bom trabalho, utilizando práticas de manejo que favorecem a saúde do solo.” Ela salientou que o Distrito Federal encontra-se na média do país.

Iêda observou, ainda, que a plataforma funciona como o resultado de um “exame de sangue”, mas do solo. Isso porque, a partir da determinação de duas enzimas — a beta-glicosidase (do ciclo do carbono) e a arilsulfatase (do ciclo do enxofre) —, é avaliada a condição de saúde do terreno.

“Assim, sabemos se o solo cultivado está saudável, em processo de adoecimento, doente ou em recuperação. A construção da plataforma só foi possível após o lançamento da tecnologia de bioanálise de solo, em 2020”, explicou.

Mas isso não quer dizer que não

haja problemas. A pesquisadora chamou a atenção para o fato de que a maior preocupação reside nos estados onde ocorre a expansão da fronteira agrícola, sobretudo na região do Matopiba — que inclui os estados do Mato Grosso, do Piauí, de Tocantins e da Bahia. Segundo ela, nesses estados há diversos municípios com alta concentração de amostras de solos doentes ou em processo de adoecimento.

“Solos saudáveis armazenam mais água. Diante da atual incerteza climática, com períodos de excesso ou falta de chuva, solos saudáveis tornam o ambiente mais resiliente”, frisou. Prova disso é que, conforme lembra Iêda, a soja cultivada em solos saudáveis produz 515 kg a mais por hectare do que em solos doentes.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi